

O uso da tecnologia e da inteligência policial na gestão da segurança pública do Pará

The use of technology and police intelligence in the management of public security in Pará

Cristóvão dos Santos Gomes

Rodrigo Dias Silva

Gleidson de Sousa Cunha

Ronaldo Pereira Silva

RESUMO

Este estudo analisa o impacto do uso da tecnologia e da inteligência policial na gestão da segurança pública do Estado do Pará entre 2019 e 2026. O objetivo geral foi compreender como tais ferramentas contribuíram para a redução da criminalidade e para o aumento da produtividade operacional das polícias estaduais. Especificamente, buscou-se examinar a evolução dos índices criminais, avaliar os efeitos da incorporação tecnológica e comparar os resultados do Pará com os indicadores nacionais. A metodologia adotada foi bibliográfica e documental, integrando dados quantitativos e qualitativos provenientes de anuários da Polícia Militar do Pará (PMPA), registros da Secretaria de Estado de Segurança Pública e Defesa Social (SEGUP) e literatura científica recente. Os resultados apontam uma redução histórica de 57,74% nos Crimes Violentos Letais Intencionais (CVLI) em 2026, atribuída à implementação de sistemas digitais de monitoramento, reconhecimento facial, integração de registros e capacitação contínua dos agentes. Em contraste com o cenário nacional, que registrou apenas 5,4% de queda nas mortes violentas em 2025, o Pará consolidou-se como referência em inovação e eficiência na segurança pública. Conclui-se que a integração entre tecnologia, inteligência policial e gestão estratégica fortaleceu a confiança da população e promoveu maior transparência, indicando que políticas estruturadas podem superar limitações

institucionais. Como perspectiva futura, destaca-se a necessidade de ampliar investimentos em infraestrutura tecnológica e formação crítica dos agentes.

Palavras-chave: Segurança Pública; Tecnologia; Inteligência Policial; Pará.

ABSTRACT

This study analyzes the impact of technology and police intelligence on public security management in the State of Pará between 2019 and 2026. The general objective was to understand how these tools contributed to crime reduction and increased operational productivity of state police forces. Specifically, the research sought to examine the evolution of crime indicators, assess the effects of technological incorporation, and compare Pará's results with national indicators. The methodology adopted was bibliographic and documentary, integrating quantitative and qualitative data from the Pará Military Police (PMPA) yearbooks, records from the State Secretariat of Public Security and Social Defense (SEGUP), and recent scientific literature. The results show a historic 57.74% reduction in Intentional Violent Lethal Crimes (CVLI) in 2026, attributed to the implementation of digital monitoring systems, facial recognition, data integration, and continuous training of officers. In contrast to the national scenario, which recorded only a 5.4% decrease in violent deaths in 2025, Pará consolidated itself as a reference in innovation and efficiency in public security. It is concluded that the integration of technology, police intelligence, and strategic management strengthened public trust and promoted greater transparency, indicating that well-structured policies can overcome institutional limitations. As a future perspective, the need to expand investments in technological infrastructure and critical training of officers is highlighted.

Keywords: Public Security; Technology; Police Intelligence; Pará.

1 INTRODUÇÃO

A segurança pública no Estado do Pará tem passado por transformações significativas nas últimas décadas, impulsionadas pela necessidade de enfrentar a complexidade crescente da criminalidade. No cenário nacional, observa-se que o Brasil registrou uma redução de 5,4% nas mortes violentas intencionais em 2025, totalizando 44.127 ocorrências (FÓRUM BRASILEIRO DE SEGURANÇA PÚBLICA, 2025).

Nesse contexto, o Pará destaca-se por apresentar resultados expressivos na diminuição dos Crimes Violentos Letais Intencionais (CVLI), alcançando em março de 2026 a maior

redução da série histórica desde 2018, com queda de 57,74% em relação ao mesmo período daquele ano (POLÍCIA MILITAR DO PARÁ, 2026).

Mas, apesar dos avanços registrados na segurança pública do Estado do Pará, com reduções expressivas nos Crimes Violentos Letais Intencionais (CVLI) e aumento das apreensões de drogas, permanece o desafio de compreender em que medida tais resultados decorrem da incorporação de tecnologias e da aplicação da inteligência policial. Considerando que o Brasil ainda enfrenta obstáculos estruturais, como a defasagem legislativa e a atuação de organizações criminosas cada vez mais sofisticadas (FÓRUM BRASILEIRO DE SEGURANÇA PÚBLICA, 2025), coloca-se a seguinte questão:

De que forma o uso da tecnologia e da inteligência policial tem impactado a redução da criminalidade e a produtividade operacional das polícias estaduais no Pará, no período de 2019 a 2026, em comparação ao contexto nacional marcado por desafios estruturais e crimes organizados?

A comparação entre os indicadores nacionais e estaduais evidencia que, enquanto o Brasil enfrenta dificuldades estruturais para conter facções criminosas altamente organizadas e munidas de tecnologia avançada, o Pará tem investido em políticas de integração e modernização tecnológica. A Secretaria de Estado de Segurança Pública e Defesa Social (SEGUP) implementou sistemas de reconhecimento facial, integração de registros e plataformas digitais de denúncia, ampliando a capacidade de prevenção e repressão ao crime (SEGUP, 2024). Tais medidas têm contribuído para a melhoria da tomada de decisão estratégica e para o fortalecimento da confiança da população nas instituições policiais.

A complexidade da redução da criminalidade no Brasil decorre, em parte, da legislação ultrapassada, que não acompanhou a evolução social e tecnológica, dificultando a atuação dos órgãos de fiscalização (FÓRUM BRASILEIRO DE SEGURANÇA PÚBLICA, 2025). No entanto, o Pará tem demonstrado que o uso de ferramentas tecnológicas e de inteligência policial pode compensar tais limitações, promovendo maior eficiência operacional e resultados concretos na diminuição dos índices criminais. A incorporação de tecnologias de monitoramento, análise de dados e sistemas digitais aplicados às operações policiais tem se mostrado decisiva para enfrentar os desafios contemporâneos da segurança pública (Silva et al., 2024).

Diante desse panorama, o presente artigo tem como objetivo analisar como o uso da tecnologia e da inteligência policial tem impactado os índices criminais e a produtividade operacional das polícias estaduais do Pará. E, especificamente, examinar a evolução dos índices criminais no Estado do Pará entre 2019 e 2026, analisar o impacto da utilização de

ferramentas tecnológicas e de inteligência policial, e por fim, comparar os resultados obtidos no Pará com os indicadores nacionais de segurança pública, discutindo as especificidades regionais frente ao contexto brasileiro.

Busca-se então por meio desta pesquisa compreender de que forma a integração entre inovação tecnológica e práticas de inteligência contribui para a redução da criminalidade, para o aumento das apreensões de drogas e para a melhoria das decisões estratégicas, consolidando o Estado como referência na gestão da segurança pública.

2 DESENVOLVIMENTO

2.1 Segurança Pública e Gestão Estratégica: fundamentos e desafios na sociedade atual

A segurança pública constitui um dos pilares fundamentais para a manutenção da ordem social e para a garantia dos direitos previstos na Constituição Federal de 1988. No Brasil, a gestão da segurança enfrenta desafios estruturais decorrentes da complexidade da criminalidade contemporânea, marcada pela atuação de organizações criminosas altamente organizadas e pelo uso de tecnologias sofisticadas. Essa realidade exige estratégias de gestão capazes de integrar planejamento, eficiência administrativa e políticas públicas adaptadas às novas demandas sociais (FÓRUM BRASILEIRO DE SEGURANÇA PÚBLICA, 2025).

No contexto brasileiro, observa-se que, apesar da redução de 5,4% nas mortes violentas intencionais em 2025, totalizando 44.127 ocorrências, a violência letal ainda se apresenta como um problema persistente, especialmente em regiões marcadas por desigualdades sociais e fragilidades institucionais (FÓRUM BRASILEIRO DE SEGURANÇA PÚBLICA, 2025). A defasagem legislativa, em vigor há mais de quatro décadas, tem dificultado a atuação dos órgãos de fiscalização e a adaptação às novas formas de criminalidade, impondo obstáculos à efetividade das políticas de segurança (NAZÁRIO, 2025).

No Estado do Pará, entretanto, a gestão estratégica da segurança pública tem se destacado por resultados expressivos. A Secretaria de Estado de Segurança Pública e Defesa Social (SEGUP) implementou políticas de modernização e integração das forças policiais, com investimentos em inteligência e tecnologia. A Polícia Militar do Pará (PMPA), como instituição responsável pela proteção da população e pela manutenção da ordem, tem desempenhado papel central nesse processo, reorganizando suas práticas e objetivos para atender às demandas sociais e enfrentar as mazelas da criminalidade (SEGUP, 2024).

Em março de 2026, o estado registrou a maior redução da série histórica dos Crimes Violentos Letais Intencionais (CVLI), com queda de 57,74% em relação a 2018, resultado diretamente associado ao fortalecimento da gestão estratégica e ao uso de recursos tecnológicos (POLÍCIA MILITAR DO PARÁ, 2026).

A busca por estratégias eficazes no Pará evidencia a necessidade de alinhar segurança pública e políticas sociais, reconhecendo que a criminalidade não decorre apenas de fatores individuais, mas também de desigualdades estruturais. Nesse sentido, a gestão estratégica da PMPA tem buscado integrar ações de policiamento ostensivo, inteligência policial e uso de tecnologias avançadas, como sistemas de monitoramento e reconhecimento facial, para ampliar a capacidade de resposta e reduzir os índices criminais (Silva et al., 2024).

Essa abordagem demonstra que a segurança pública, quando orientada por planejamento estratégico e inovação, pode contribuir não apenas para a repressão ao crime, mas também para a construção de um ambiente social mais seguro e equilibrado.

2.2 Tecnologia como vetor de transformação na segurança pública

A incorporação de tecnologias avançadas tem se consolidado como um dos principais vetores de transformação da segurança pública da sociedade atual, sendo que, no Brasil, a crescente complexidade da criminalidade, marcada pela atuação de facções organizadas e pelo uso de armamentos sofisticados, exige das instituições policiais a adoção de ferramentas capazes de ampliar a capacidade de prevenção e repressão, e, nesse sentido, recursos como sistemas de monitoramento por câmeras, softwares de gestão de ocorrências e análise de dados em tempo real têm se mostrado fundamentais para a modernização das práticas policiais (FÓRUM BRASILEIRO DE SEGURANÇA PÚBLICA, 2025).

No Estado do Pará, a Secretaria de Estado de Segurança Pública e Defesa Social (SEGUP) tem investido de forma sistemática em tecnologias voltadas ao enfrentamento da criminalidade. Entre os exemplos destacam-se o sistema IRIS (Integração de Registros para Identificação de Suspeitos) e o Sentinela, que permitem maior integração de dados e precisão na identificação de indivíduos suspeitos. Além disso, o uso de câmeras com reconhecimento facial e de placas veiculares tem ampliado a capacidade de monitoramento e contribuído para o aumento das prisões em flagrante (SEGUP, 2024).

A Polícia Militar do Pará (PMPA) tem desempenhado papel central nesse processo de modernização. Estudos recentes apontam que a utilização de dispositivos móveis para comunicação, softwares de gestão de ocorrências e ferramentas de análise de dados tem

transformado a forma como a corporação atua no combate ao crime e na proteção dos cidadãos (Silva et al., 2024).

Silva et al. (2024) ainda traz enfoque de o uso de tecnologias emergentes, como algoritmos de mineração de dados e análise preditiva, possibilita identificar padrões criminais e antecipar ações delituosas, ou seja, esse modelo de policiamento preditivo, inserido no contexto do Big Data, representa uma mudança paradigmática na gestão da segurança pública, aproximando teoria criminológica e inovação tecnológica.

2.3 Inteligência Policial no contexto criminal atual

A inteligência policial tem se consolidado como um instrumento estratégico indispensável para a gestão da segurança pública, permitindo que as instituições antecipem ações criminosas e planejem operações com maior eficiência. No Brasil, a aplicação da inteligência policial tem sido marcada pela integração de dados, pelo uso de tecnologias de análise preditiva e pela capacitação contínua dos agentes. Essa abordagem busca superar os limites do policiamento tradicional, oferecendo respostas mais rápidas e precisas diante da criminalidade organizada (FÓRUM BRASILEIRO DE SEGURANÇA PÚBLICA, 2025).

No Estado do Pará, a Polícia Militar (PMPA) tem investido em cursos e treinamentos voltados para a inteligência policial, como o II Curso de Inteligência Policial realizado em 2024, que capacitou militares em técnicas de coleta e análise de dados, incluindo o uso de tecnologias emergentes (POLÍCIA MILITAR DO PARÁ, 2026).

Essa iniciativa reflete a preocupação da corporação em alinhar suas práticas às exigências contemporâneas, fortalecendo a capacidade de resposta frente às demandas sociais e às ameaças de grupos criminosos. Além disso, a utilização de sistemas de monitoramento com reconhecimento facial e drones para patrulhamento aéreo demonstra como a inteligência policial se articula com a tecnologia para ampliar a eficácia das operações (SEGUP, 2024).

Logo, a inteligência policial, portanto, configura-se como um eixo central na modernização da segurança pública, tanto em nível nacional quanto internacional. No caso do Pará, sua aplicação tem sido decisiva para enfrentar problemas sociais e reduzir os índices criminais, demonstrando que a combinação entre capacitação profissional, inovação tecnológica e integração institucional pode transformar a atuação das forças de segurança em um modelo mais eficiente e cidadão.

2.4 Avanços e perspectivas quanto ao uso de Inteligência Artificial no cotidiano da atuação de Policiais

A produção científica sobre segurança pública e inteligência policial entre 2019 e 2026 tem evidenciado um movimento crescente de integração entre tecnologia e gestão estratégica. Diversos estudos apontam que a incorporação de ferramentas digitais, como sistemas de monitoramento em tempo real, softwares de gestão de ocorrências e algoritmos de análise preditiva, tem transformado a forma como as instituições policiais atuam no combate à criminalidade (Silva et al., 2024).

No Estado do Pará, dados estatísticos da Polícia Militar (PMPA, 2026) e também da Secretaria de Estado de Segurança Pública e Defesa Social (SEGUP, 2024) destaca a adoção de tecnologias emergentes e pela capacitação contínua de seus agentes. Estudos como de Moulton et al. (2025) sobre a chamada “Formação Policial 4.0” ressaltam que a corporação tem buscado preparar-se para grandes eventos globais, como a COP30, por meio da integração de sistemas de inteligência artificial, reconhecimento facial e drones de vigilância aérea.

Já em termos de âmbito nacional, Ribas e Valenga (2025), enfatizam os desafios éticos e legais relacionados ao uso da inteligência artificial na segurança pública, especialmente no que se refere à proteção de dados pessoais e à prevenção de vieses algorítmicos.

Diante de tais apontamentos, o que se observa é que a aplicação planejada e integrada de tecnologias digitais potencializa a atuação policial, tornando operações mais assertivas e orientadas por evidências, mas exige políticas públicas consistentes e infraestrutura adequada para que os benefícios sejam plenamente alcançados (ENCARNAÇÃO et al., 2026).

Portanto, de acordo com os apontamentos descritos acima, nota-se avanços significativos na integração entre tecnologia e segurança pública, e tais junções podem vir a colaborar para a redução da criminalidade e para a melhoria da produtividade operacional, consolidando o estado como um exemplo de inovação e eficiência na gestão da segurança pública.

3. METODOLOGIA

O presente estudo caracteriza-se como uma pesquisa de natureza bibliográfica e documental, estruturada de forma a integrar dados quantitativos e qualitativos para compreender os impactos da tecnologia e da inteligência policial na gestão da segurança

pública do Estado do Pará. A vertente bibliográfica fundamentou-se na análise de obras acadêmicas e artigos científicos publicados em bancos de dados digitais entre os anos de 2019 e 2026, período que concentra a produção mais recente e relevante sobre o tema. Essa etapa permitiu a construção de um referencial teórico atualizado, capaz de dialogar com os desafios contemporâneos da segurança pública e com as práticas adotadas pelas instituições policiais.

A pesquisa documental, por sua vez, utilizou como fontes os anuários estatísticos da Polícia Militar do Pará (PMPA), os registros de ocorrências das polícias estaduais e os dados oficiais da Secretaria de Estado de Segurança Pública e Defesa Social (SEGUP), incluindo o Plano Estadual de Segurança Pública e Defesa Social 2022–2031. Também foram incorporadas estatísticas criminais disponibilizadas em portais oficiais, como o site da PMPA, que oferecem informações sistematizadas sobre índices de criminalidade, apreensões de drogas e produtividade operacional.

O intervalo temporal delimitado para a análise compreende os anos de 2019–2020 a 2026, permitindo observar a evolução dos indicadores criminais e os efeitos das políticas de modernização tecnológica e de inteligência policial implementadas no Pará. Esse recorte temporal possibilita identificar tendências, comparar resultados e verificar impactos concretos das estratégias adotadas.

A caracterização do método envolveu três etapas complementares. Primeiramente, realizou-se o levantamento e sistematização de dados quantitativos, como índices de criminalidade e apreensões de drogas. Em seguida, procedeu-se à análise qualitativa das decisões estratégicas e políticas públicas, com foco na integração tecnológica e na inteligência policial. Por fim, efetuou-se uma comparação longitudinal dos indicadores, buscando verificar tendências e impactos ao longo do período delimitado.

Foram estabelecidos critérios de inclusão que contemplaram obras acadêmicas e artigos publicados entre 2019 e 2026, documentos oficiais da PMPA e da SEGUP, além de dados estatísticos criminais disponíveis em portais oficiais e anuários de segurança pública. Esses critérios asseguraram a pertinência e a atualidade das fontes utilizadas. Em contrapartida, os critérios de exclusão abrangeram publicações anteriores a 2019 ou posteriores a 2026, documentos sem relação direta com segurança pública ou que não tratassem da aplicação de tecnologia e inteligência policial, fontes não oficiais ou sem validação científica, bem como dados incompletos ou não sistematizados que pudessem comprometer a análise comparativa.

Dessa forma, a metodologia adotada garante rigor científico e confiabilidade dos resultados, articulando dados quantitativos e qualitativos para compreender como a tecnologia

e a inteligência policial têm impactado a gestão da segurança pública no Pará, resultando em redução da criminalidade e maior eficiência operacional.

4 RESULTADOS E DISCUSSÃO

A análise dos dados estatísticos da Polícia Militar do Pará (PMPA) e da Secretaria de Estado de Segurança Pública e Defesa Social (SEGUP) revela uma tendência consistente de redução da criminalidade no estado, especialmente no que se refere aos Crimes Violentos Letais Intencionais (CVLI). Entre 2019 e 2026, observa-se uma queda progressiva desses indicadores, culminando em março de 2026 com o melhor resultado da série histórica desde 2018, registrando uma redução de 57,74% em comparação ao mesmo período daquele ano (POLÍCIA MILITAR DO PARÁ, 2026). Esse desempenho evidencia a eficácia das políticas de modernização e integração das forças policiais, que se apoiaram em investimentos em inteligência e tecnologia.

Os dados da SEGUP confirmam que a estratégia adotada pelo estado tem sido marcada pela implementação de sistemas digitais de monitoramento, reconhecimento facial e integração de registros, ampliando a capacidade de prevenção e repressão ao crime (SEGUP, 2024). Essa política de inovação tecnológica tem se refletido diretamente na produtividade operacional das polícias estaduais, permitindo maior precisão na identificação de suspeitos e maior rapidez na tomada de decisões estratégicas.

Quando comparados ao cenário nacional, os resultados do Pará se destacam. O Brasil registrou em 2025 um total de 44.127 mortes violentas intencionais, com uma redução de apenas 5,4% em relação ao ano anterior (FÓRUM BRASILEIRO DE SEGURANÇA PÚBLICA, 2025).

Os números apresentados nos anuários da PMPA e no 19º Anuário Brasileiro de Segurança Pública podem ser descritos de forma analítica e comparativa, destacando tanto o panorama nacional quanto o desempenho específico do Pará.

Por exemplo, pode-se iniciar apontando que o Brasil registrou em 2025 44.127 mortes violentas intencionais, o que representa uma redução de 5,4% em relação ao ano anterior, mas ainda mantém uma taxa elevada de 20,8 por 100 mil habitantes. Esse dado evidencia que, apesar de avanços pontuais, o país continua enfrentando altos índices de violência letal, especialmente concentrados nas regiões Norte e Nordeste, onde estados como Amapá (45,1 por 100 mil) e Bahia (40,6 por 100 mil) figuram entre os mais violentos (FÓRUM BRASILEIRO DE SEGURANÇA PÚBLICA, 2025).

Em contraste, o Pará apresentou resultados significativamente melhores. Em março de 2026, o estado registrou a maior redução da série histórica dos Crimes Violentos Letais Intencionais (CVLI) desde 2018, com queda de 57,74% em relação ao mesmo período daquele ano. Essa redução foi atribuída às políticas de investimento em inteligência, tecnologia e integração das forças policiais, que se consolidaram como eixo central da gestão da segurança pública (POLÍCIA MILITAR DO PARÁ, 2026).

Além disso, os dados nacionais mostram que 73,8% das vítimas de mortes violentas intencionais foram assassinadas com arma de fogo e que 91,1% eram homens, majoritariamente negros e jovens até 29 anos (FÓRUM BRASILEIRO DE SEGURANÇA PÚBLICA, 2025).

No Pará, a estratégia de modernização tecnológica da PMPA, incluindo sistemas de reconhecimento facial, integração de dados e uso de drones, tem contribuído para reduzir a letalidade policial e aumentar a eficiência operacional, alinhando-se às tendências internacionais de policiamento inteligente (SEGUP, 2024).

Apesar da queda, o país ainda enfrenta obstáculos estruturais, como a defasagem legislativa e a atuação de facções criminosas altamente organizadas. Nesse contexto, o desempenho do Pará demonstra que a integração entre tecnologia e inteligência policial pode compensar limitações institucionais, oferecendo respostas mais eficazes à criminalidade.

A literatura científica reforça essa interpretação. Estudos recentes apontam que a incorporação de ferramentas tecnológicas avançadas, como softwares de gestão de ocorrências e dispositivos móveis para comunicação, tem transformado a forma como a PMPA atua no combate ao crime e na proteção dos cidadãos (Silva et al., 2024). Além disso, pesquisas sobre a “Formação Policial 4.0” destacam que o estado tem investido em capacitação contínua, preparando seus agentes para enfrentar desafios complexos, como grandes eventos globais, por meio da integração de sistemas digitais e da análise preditiva de padrões criminais (Moulton et al., 2025).

Os resultados também evidenciam a importância da transparência e da *accountability*. O uso de câmeras corporais e sistemas de registro eletrônico tem contribuído para documentar operações policiais, promovendo uma cultura de responsabilidade e ética, o que fortalece a confiança da população na instituição (Silva et al., 2024). Essa dimensão qualitativa complementa os avanços quantitativos, demonstrando que a modernização tecnológica não apenas reduz índices criminais, mas também transforma a relação entre polícia e sociedade.

Portanto, os dados analisados confirmam que o Pará tem alcançado resultados superiores à média nacional, consolidando-se como referência na gestão da segurança pública.

A combinação entre inovação tecnológica, inteligência policial e capacitação profissional tem permitido ao estado enfrentar as mazelas sociais e reduzir a criminalidade de forma consistente, demonstrando que políticas estratégicas bem estruturadas podem transformar a realidade da segurança pública em contextos complexos.

5 CONCLUSÃO

A análise realizada ao longo deste estudo permitiu identificar que a segurança pública do Estado do Pará tem alcançado resultados expressivos na redução da criminalidade, especialmente no que se refere aos Crimes Violentos Letais Intencionais (CVLI). Entre 2019 e 2026, os dados da Polícia Militar do Pará (PMPA) e da Secretaria de Estado de Segurança Pública e Defesa Social (SEGUP) demonstraram uma queda consistente desses índices, culminando em março de 2026 com o melhor resultado da série histórica desde 2018, com redução de 57,74% em comparação ao mesmo período daquele ano. Esses resultados evidenciam que a integração entre tecnologia, inteligência policial e gestão estratégica tem sido decisiva para transformar a atuação das forças de segurança.

Tais apontamentos indicam que a modernização tecnológica, por meio da adoção de sistemas de monitoramento, softwares de gestão de ocorrências, reconhecimento facial e análise preditiva, tem ampliado a capacidade de resposta das instituições policiais, tornando-as mais eficientes e transparentes. Além disso, a capacitação contínua dos agentes e a implementação de práticas de *accountability* têm fortalecido a confiança da população na polícia, demonstrando que a inovação não se limita ao aspecto operacional, mas também contribui para a construção de uma relação mais colaborativa entre sociedade e instituições de segurança.

Comparando o desempenho do Pará com o cenário nacional, observa-se que o estado tem se destacado por resultados superiores à média brasileira, que em 2025 registrou uma redução de apenas 5,4% nas mortes violentas intencionais. Enquanto o país enfrenta obstáculos estruturais, como legislação defasada e atuação de facções criminosas altamente organizadas, o Pará tem demonstrado que políticas públicas bem estruturadas, aliadas ao uso estratégico da tecnologia e da inteligência policial, podem superar limitações institucionais e produzir impactos concretos na redução da criminalidade.

Como perspectiva futura, destaca-se a necessidade de continuidade dos investimentos em tecnologia e inteligência, acompanhados de políticas de formação crítica e humanizada dos agentes de segurança. O fortalecimento da infraestrutura tecnológica, a ampliação da

integração entre polícias e órgãos de justiça e a atenção às questões éticas e legais relacionadas ao uso de dados devem ser prioridades para consolidar os avanços já alcançados. Nesse sentido, o Pará e seu aporte de segurança pública tem buscado modelo de policiamento digital, estratégico e cidadão, capaz de responder às demandas de uma sociedade em constante transformação.

REFERÊNCIAS

ENCARNAÇÃO, V. D.; AGUIAR, D. M.; BEZERRA, W. M.; COSTA, R. B.; LIMA, S. D. A aplicação da inteligência artificial na Polícia Militar do Amazonas: ganhos operacionais, econômicos e estratégicos na atividade policial. **Revista Ibero-Americana de Humanidades, Ciências e Educação**, v. 12, n. 4, 2026.

FÓRUM BRASILEIRO DE SEGURANÇA PÚBLICA. **19º Anuário Brasileiro de Segurança Pública**. São Paulo: FBSP, 2025. Disponível em: <https://publicacoes.forumseguranca.org.br/items/c3605778-37b3-4ad6-8239-94e4cb236444>.

Acesso em: 20 abr. 2026.

MOULTON, E. A. S.; FIGUEIREDO, R. B.; MARTINS, C. C.; MATOS, J. M. C.; MARQUES, J. J. S.; OLIVEIRA, F. A.; SANTOS, L. N. Formação Policial 4.0: a transformação digital e a preparação da Polícia Militar do Pará para os desafios de segurança pública na era da inteligência artificial e grandes eventos globais. **Ciências Sociais Aplicadas**, v. 29, n. 148, 2025.

NAZÁRIO, Jeferson. Declarações sobre legislação de segurança privada. *In*: FÓRUM BRASILEIRO DE SEGURANÇA PÚBLICA. **19º Anuário Brasileiro de Segurança Pública**. São Paulo: FBSP, 2025.

PARÁ. Polícia Militar do Pará. **Anuário Estatístico da PMPA 2019-2026**. Belém: PMPA, 2026. Disponível em: <https://www.pm.pa.gov.br/anuario-pmpa.html>. Acesso em: 22 abr. 2026.

PARÁ. Secretaria de Estado de Segurança Pública e Defesa Social. **Plano Estadual de Segurança Pública e Defesa Social 2022-2031**. Belém: SEGUP, 2024. Disponível em: https://sistemas.segup.pa.gov.br/transparencia/wp-content/uploads/2023/03/Plano-Estadual_compressed.pdf. Acesso em: 22 abr. 2026.

RIBAS, Henrique de Sá; VALENGA, Sérgio William. Inteligência artificial na Polícia Militar: inovação, eficiência e desafios contemporâneos. **Brazilian Journal of Development**, Curitiba, v. 11, n. 10, p. 1-22, 2025. DOI: <https://doi.org/10.34117/bjdv11n10-037>.

SILVA, C. F.; VEIGAS, F. C. F.; CONCEIÇÃO, F. G.; LIMA, M. A. S. Os efeitos da utilização da tecnologia na modernização da Polícia Militar do Estado do Pará. **Ciências Sociais Aplicadas**, v. 28, n. 134, 2024.